



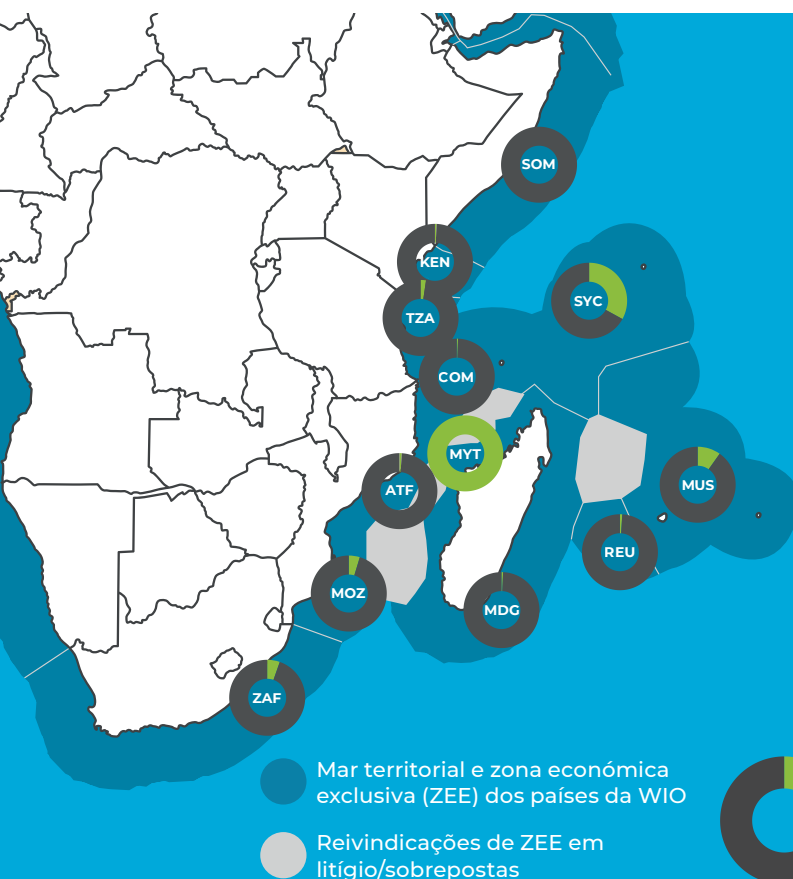
© Egno Ndunguru / WWF-Tanzania

PERCURSOS PARA AS OMECs MARINHAS NO OCEANO ÍNDICO OCIDENTAL

Os recentes compromissos globais e regionais assumidos pelos países do Oceano Índico Ocidental (WIO) renovaram o impulso para expandir e diversificar a conservação baseada em áreas. Em particular, o Quadro Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF) apela à conservação eficaz e equitativa de, pelo menos, 30% das áreas terrestres, de águas interiores, costeiras e marinhas do mundo até 2030, no âmbito da Meta 3.

Em toda a região, os países do WIO têm registado progressos na conservação marinha e na governação dos oceanos, sobretudo através de áreas marinhas protegidas (AMPs) e do ordenamento do espaço marinho (OEM). Contudo, estes mecanismos formais enfrentam frequentemente desafios associados a financiamento, recursos humanos, capacidades e equipamento limitados, bem como a monitorização e implementação inconsistentes.

Em paralelo, abordagens de gestão de recursos naturais lideradas pelas comunidades têm evidenciado um elevado potencial para alcançar resultados positivos em matéria de biodiversidade, em particular quando são legalmente reconhecidas e financiadas de forma sustentável. Em conjunto com medidas formais de proteção, podem contribuir para a construção de sistemas de conservação marinha mais interligados, equitativos e eficazes em toda a região do WIO.



STATUS QUO DA CONSERVAÇÃO MARINHA NO WIO

Embora os países do WIO tenham registado progressos significativos na conservação marinha, a maioria permanece longe de conservar 30% das áreas marinhas até 2030 através de áreas marinhas protegidas (AMPs). Até à data, não foram reportadas quaisquer Outras Medidas Eficazes de Conservação Baseadas em Áreas (OMECs) marinhas ou costeiras.

Códigos dos países

SOM	Somalia	SYC	Seicheles
KEN	Quênia	COM	Comores
TZA	Tanzania	MYT	Mayotte
MOZ	Moçambique	ATF	Ilhas Esparsas administradas pela França
ZAF	África do Sul	MDG	Madagáscar
		MUS	Maurícias
		REU	Runião

O POTENCIAL DAS OMECs PARA REFORÇAR A LIDERANÇA COMUNITÁRIA E OS RESULTADOS DE CONSERVAÇÃO

A Convenção sobre a Diversidade Biológica define as Outras Medidas Eficazes de Conservação Baseadas em Áreas (OMECs) como “áreas geograficamente delimitadas, distintas das Áreas Protegidas tradicionais, mas geridas de forma a gerar resultados positivos, duradouros e de longo prazo para a conservação da biodiversidade, incluindo funções associadas aos ecossistemas, os serviços e, quando aplicável, os valores culturais, espirituais, socioeconômicos e outros valores significativos localmente”.

As OMECs reconhecem a conservação existente

Importa salientar que as OMECs não constituem uma nova designação de conservação. Mas, oferecem uma forma de reconhecimento dos contributos que as designações de gestão já existentes dão para a conservação da biodiversidade e que anteriormente não eram contabilizados nos relatórios de conservação. Para serem elegíveis, as áreas devem ser avaliadas segundo critérios que demonstrem benefícios ecológicos sustentados, governação de longo prazo, limites definidos e conservação in situ da biodiversidade. Na maioria dos casos, o reconhecimento pode ocorrer no âmbito das leis e dos sistemas de governação existentes e não exige a criação de uma nova categoria legal. Contudo, é necessário estabelecer vias nacionais claras para avaliação, validação e reporte à Convenção sobre a Diversidade Biológica.



A REGIÃO DO WIO TEM
UMA OPORTUNIDADE
ÚNICA PARA AMPLIAR A
CONSERVAÇÃO MARINHA,
RECONHECENDO AS
ÁREAS JÁ GERIDAS
PELAS COMUNIDADES
COMO OMECS

Reforçar a gestão comunitária com OMECs

Em toda a região do WIO, os países recorrem a diferentes termos e instrumentos jurídicos para descrever e reconhecer abordagens de base comunitária e de cogestão na governação marinha e costeira. Embora estes sistemas variem em designação, alcance e estatuto legal, procuram frequentemente objectivos semelhantes, como a utilização sustentável, a gestão responsável a nível local e a conservação da biodiversidade. Mecanismos legais e de política existentes, como as áreas marinhas geridas localmente (LMMAs), as zonas de pesca de pequena escala, os sistemas consuetudinários de posse e os acordos de cogestão de base comunitária, podem servir de enquadramento para o reconhecimento como OMEC.

Factores favoráveis e desafios regionais para as OMECs

Entre as condições mais comuns que favorecem as OMECs incluem-se uma forte liderança por parte das comunidades, evolução do quadro de cogestão, alinhamento com o OEM, uma gestão das pescas baseada nos ecossistemas eficaz e um interesse crescente por parte de doadores. A região do WIO dispõe, assim, de uma oportunidade singular para ampliar a conservação marinha ao reconhecer áreas já geridas pelas comunidades como OMECs.

Em simultâneo, subsistem desafios. Muitos países não dispõem de quadros de políticas operacionais que assegurem direitos e capacidades às comunidades, o que limita o alinhamento com os critérios das OMECs. Esta lacuna é agravada por uma governação fragmentada e por mandatos dispersos entre sectores, por capacidade e financiamento limitados, e por incerteza quanto à monitorização, ao reporte e aos benefícios socioecológicos. Assim, promover as OMECs constitui sobretudo um desafio sistémico, mais do que uma tarefa técnica, exigindo alinhamento entre governação, financiamento, capacidades e sistemas de conhecimento.

SUCESSO ATÉ 2030

Iniciativas como o Grupo de Trabalho Técnico do WIO-C sobre OMECs visam coordenar o apoio e disponibilizar orientação aos países do WIO, com vista aos seguintes objetivos até 2030:

✓ OMECs reconhecidas e reportadas

Primeiras OMECs marinhas e costeiras identificadas, avaliadas e reportadas à Base de Dados Mundial de OMECs.

✓ Governação local reforçada

Participação mais inclusiva e equitativa dos Povos Indígenas e das comunidades locais na governação local.

✓ Quadros jurídicos reforçados

Disposições nacionais claras que salvaguardem os direitos das comunidades e viabilizem a cogestão e o reconhecimento de locais como OMECs.

✓ Resultados de conservação demonstrados

Sistemas de monitorização de longo prazo implementados para demonstrar benefícios sustentados da biodiversidade in situ e a eficácia da gestão.

✓ Contributos para a Meta 3 do GBF

OMECs a expandirem, de forma mensurável, a cobertura de áreas conservadas, em complementaridade com as AMPs.

✓ Maior apoio financeiro

Mecanismos financeiros que permitem o acesso a financiamento de longo prazo para organizações de base comunitária para uma governação eficaz e equitativa das OMECs já se encontram implementados ou em desenvolvimento.

PROGRESSO REGIONAL RUMO AO RECONHECIMENTO DE OMECs NO OCEANO ÍNDICO OCIDENTAL

O relatório de suporte “Pathways for marine OECMs in the Western Indian Ocean” sintetiza o estado actual, os desafios e as oportunidades para as OMECs marinhas em 10 países do WIO. Fá-lo através da apresentação de perfis por país e de uma visão regional do progresso nacional nas diversas linhas de trabalho necessárias para criar as condições favoráveis essenciais para implementar e reconhecer formalmente as OMECs marinhas.

Os países do WIO têm registado progressos desiguais, mas crescentes, no reconhecimento das OMECs — enquanto alguns países avançaram na reforma de políticas, na triagem de locais e nas avaliações, outros mantêm-se em fases iniciais de sensibilização. Os avanços mais significativos verificaram-se no desenvolvimento de sistemas de governação participativa e na integração de conhecimento, reflectindo iniciativas de gestão comunitária já bem consolidadas.

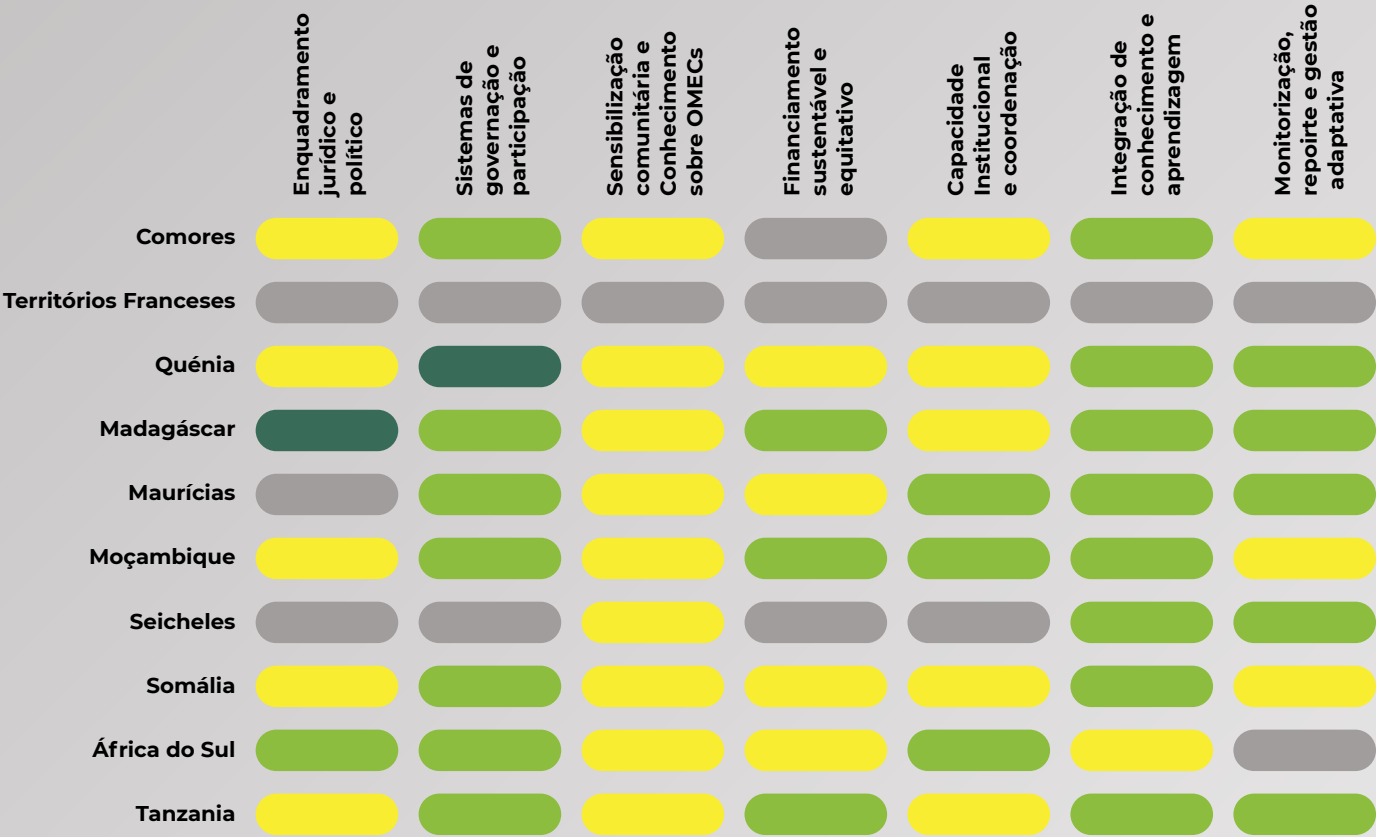
As áreas com menor progresso são a sensibilização das comunidades, o financiamento sustentável e o reconhecimento jurídico formal, que permanecem limitados ou fragmentados na maioria dos países. O progresso em monitorização, reporte e reforço da capacidade institucional está a emergir, mas de forma desigual. Uma prioridade regional evidente é converter os pontos fortes da governação em sistemas de OMECs formalmente reconhecidos, devidamente financiados e monitorizados de forma consistente.

VISÃO GERAL DO PROGRESSO NAS PRINCIPAIS LINHAS DE TRABALHO FAVORÁVEIS PARA OMECs EM PAÍSES SELECIONADOS DO WIO

O diagrama abaixo sintetiza contributos dos países para ilustrar onde as condições para OMECs marinhas e costeiras estão estabelecidas (**verde escuro**), em desenvolvimento/parciais

(**verde claro**), iniciais/emergentes (**amarelo**), ou ainda inexistentes (**cinzento**), evidenciando pontos comuns fortes e lacunas prioritárias em toda a região. Reflecte o grau de maturidade dos percursos

nacionais de implementação e dos quadros favoráveis, e não a eficácia de locais individuais. Uma análise mais detalhada do progresso por país pode ser consultada no relatório de suporte.



Declaração de exoneração de responsabilidade: A informação apresentada neste diagrama baseia-se em contributos de especialistas fornecidos por profissionais e partes interessadas de toda a região do Oceano Índico Ocidental. As conclusões representam uma avaliação preliminar do progresso rumo às condições favoráveis para OMECs marinhas e costeiras e não reflectem necessariamente as posições oficiais dos governos nacionais.

RECOMENDAÇÕES

Propõe-se uma abordagem coordenada e faseada para passar do diálogo à implementação. Estas etapas não são estritamente lineares; as condições favoráveis, em particular a governação, a capacitação e o financiamento, devem ser desenvolvidas e asseguradas ao longo de todo o processo.

1. Criar e manter um ambiente favorável

Promover uma compreensão comum, reforçar capacidades e assegurar a inclusividade

- Ajustar as mensagens sobre OMECs
- Desenvolver capacidades de base
- Envolver as partes interessadas desde cedo
- Integrar o Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC) e a co-criação
- Recorrer a ONGs e a líderes comunitários para divulgação.

Reforçar os quadros legais e a coordenação institucional

- Clarificar papéis e mandatos
- Actualizar políticas para reforçar os direitos das comunidades e a co-criação
- Integrar as OMECs no OEM
- Estabelecer mecanismos de coordenação interministerial.

Estabelecer vias de financiamento e incentivos

- Mapear as necessidades de financiamento ao longo das diferentes fases das OMECs
- Definir incentivos equitativos
- Simplificar os processos para as comunidades gerarem e utilizarem receitas por iniciativa própria
- Envolver, desde cedo, os parceiros financiadores.

Exemplo de boas práticas: A CORDIO East Africa, em colaboração com a IUCN e com financiamento da Blue Nature Alliance (BNA), realizou uma avaliação regional de 69 áreas geridas por comunidades no Quênia, na Tanzânia, em Madagáscar, em Moçambique e nas Comores, aplicando os critérios da IUCN para OMECs ao nível do local.

2. Identificar e testar locais candidatos

Identificar, priorizar e preparar áreas candidatas

- Identificar e priorizar áreas candidatas (p. ex., LMMAs)
- Aplicar ferramentas de priorização existentes (p. ex., KBA, IBA, CBA)
- Realizar análises situacionais socioecológicas
- Integrar conhecimento local e científico.

Exemplo de boas práticas: A África do Sul acolheu um workshop que reuniu o governo, investigadores e ONGs para identificar e fazer uma triagem de potenciais medidas de OMECs, seguido de uma avaliação aprofundada das medidas mais promissoras face aos critérios de OMECs, contribuindo, em conjunto, para a elaboração de um roteiro nacional para OMECs marinhas.

3. Avaliar a eficácia das OMECs

Reforçar a avaliação, a monitorização e a capacidade

- Desenvolver e aplicar avaliações e monitorização adequadas ao propósito
- Harmonizar indicadores e sistemas de dados
- Reforçar as capacidades técnicas, institucionais e locais
- Integrar conhecimentos locais e tradicionais.

Exemplo de boas práticas: A plataforma ElinorData.org avalia a governação eficaz e equitativa da conservação baseada em áreas. O relatório de 2025, "Stewards of the Coastline", sintetizou os resultados das avaliações Elinor realizadas em 52 LMMAs no SWIO, demonstrando de que forma abordagens harmonizadas de monitorização, avaliação e aprendizagem (MEL) podem gerar evidência sobre a eficácia das OMECs a diferentes escalas.

4. Implementar e expandir as OMECs

Mobilizar e sustentar financiamento equitativo a longo prazo

- Mobilizar financiamento público, privado e misto
- Assegurar um acesso equitativo das comunidades a financiamento de longo prazo
- Garantir que as comunidades consigam gerar receitas de forma autónoma.

Exemplo de boas práticas: A Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Oceano Índico Ocidental (WIOMPAN), acolhida pela WIOMSA, reúne profissionais de conservação marinha em todo o WIO para partilhar experiências, testar ferramentas e alinhar abordagens. Através do WIOMPAN, o programa de certificação WIO-COMPAS formou e certificou mais de 150 profissionais de AMPs em toda a região. O Quadro de Competências para LMMAs foi adaptado do WIO-COMPAS e testado no Quênia, em Moçambique e em Madagáscar, com aperfeiçoamentos adicionais conduzidos a nível nacional por redes como a MIHARI, em Madagáscar.

Potenciar plataformas regionais e aprendizagem transfronteiriça

- Utilizar o WIO-C, a Convenção de Nairobi, o Grupo de Trabalho de Peritos Africanos em OMECs, a Bahari Learning Network, a WIO LMA Alliance, entre outros, para partilhar ferramentas, experiências e aprendizagens ao longo das diferentes fases das OMECs.

Sobre o WIO-C

O Consórcio para a Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos no Oceano Índico Ocidental ("WIO-C") foi oficialmente lançado na Quinta Reunião das Partes Contratantes da Convenção de Nairobi, em novembro de 2007. O WIO-C reúne um grupo de ONGs internacionais e regionais, em parceria com organizações intergovernamentais com presença e actuação na gestão regional dos ecossistemas marinhos e costeiros no Oceano Índico Ocidental. Em Março de 2025, os membros do WIO-C criaram um Grupo de Trabalho sobre OMECs. Este grupo é liderado pela WCS e por outros membros interessados em impulsionar a agenda de OMECs no WIO, incluindo a WWF, a IUCN, a CORDIO East Africa, a WIOMSA, a TNC, a Fauna & Flora, a Wetlands International e a Rare.

Consulte o relatório de suporte

